



O EFEITO DA PRECÁRIA ASSISTÊNCIA À SAÚDE DE GESTANTES EM REGIME CARCERÁRIO

THAINÁ VIVAN FIGUEIREDO; FERNANDA DUARTE ASSIS; CAROLINA SOUTO AZEVEDO; REBECA SABRINE DA ROCHA; JULIANA FERREIRA FONSECA

INTRODUÇÃO: A gravidez é permeada por transformações fisiológicas, socioculturais e psicológicas para a mulher. A vivência do processo de gestação associada a variáveis socioculturais determina respostas individuais multifacetadas, uma vez que exige adaptações que envolvem todo o organismo. O Brasil detém a quinta maior população carcerária feminina mundial e as gestantes em situação prisional encontram-se em estado de elevada vulnerabilidade e requerem cuidados especializados. A Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher em Situação de Prisão assegura condições mínimas de assistência às mães encarceradas e aos recém-nascidos. A implementação de legislação e de políticas públicas é de suma relevância para suavizar os elevados índices de morbimortalidade materna e infantil. Torna-se imperativo que o profissional que assiste a gestante estabeleça uma relação terapêutica de confiança e valorize sua singularidade. **OBJETIVOS:** Compreender as vivências de gestação e parto de mulheres em situação de reclusão. **METODOLOGIA:** Realizou-se uma revisão bibliográfica mediante levantamento de dados a partir de artigos científicos obtidos nas bases de dados SCIELO e PUBMED, utilizando como termos de busca: maternidade, parto e sistema prisional. Foram selecionados estudos publicados entre 2017 e 2023, nos idiomas português e inglês, disponíveis integralmente e online, em consonância com o escopo do presente estudo. **RESULTADOS:** A condição das gestantes em reclusão é marcada por carências significativas, desde o pré-natal mal realizado até o desafio de interagir com indivíduos de contextos culturais, valores e estratos sociais diversos, demandando adaptação à nova realidade. **CONCLUSÃO:** Gestantes em situação prisional encontram-se em situação de alta vulnerabilidade e requerem atenção, sendo este um tema atual e relevante. Esse aumento da população carcerária no contexto brasileiro demanda enfoque prioritário tanto na agenda dos Direitos Humanos quanto da Saúde Pública. Políticas de atenção específica à maternidade e à infância nas instituições penitenciárias nacionais devem ser estabelecidas com o propósito de reduzir as taxas de morbimortalidade materna e infantil, por meio da adoção de medidas que garantam o acesso, a abrangência e a qualidade da assistência no pré-natal de baixo e alto risco, no momento do parto e no pós-parto.

Palavras-chave: Gestantes, Prisões, Saúde materna, Assistência à saúde, Saúde da mulher.